

No âmbito do Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza

Pordata faz o retrato da pobreza em Portugal

A propósito do Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza, que se celebra no dia 17 de outubro, a [Pordata](#), a base de dados estatísticos da Fundação Francisco Manuel dos Santos, divulga um conjunto de dados que formam um retrato do nível de pobreza da população portuguesa, centrando-se em temas que influenciam, de forma significativa, a vida quotidiana e financeira dos portugueses, como a inflação, o preço dos bens essenciais ou a crise na habitação.

Tenta-se, desta forma, responder a questões como: Quanto ganham os portugueses? Onde é gasto esse rendimento? Quantos se encontram em risco de pobreza? Qual o impacto da inflação no poder de compra das famílias? E quanto têm aumentado os preços das casas e das rendas?

Através deste retrato é possível perceber, por exemplo, que o preço das casas aumentou 90% em relação a 2015, quando os salários aumentaram 20%, estando Portugal entre os 4 países da UE com maior aumento dos preços das casas. Além disso, em 2022, quase um terço dos inquilinos (29,4%) estava em situação de sobrecarga financeira com as despesas com a habitação. Verifica-se igualmente que 18,5% das crianças e jovens em Portugal vivem em situação de pobreza; que mais de um terço das famílias ganhavam, em 2021, no máximo, 833€ brutos mensais; que o salário mínimo atual, de 760€, vê na prática o poder de compra baixar para 678€; ou que aumentou o número de pessoas sem capacidade financeira para assegurar uma refeição de carne, peixe ou equivalente vegetariano de 2 em 2 dias (de 2,4% para 3%), entre outros indicadores.

Pode consultar este e outros comunicados na [área de Imprensa](#) no site da Pordata.

Para mais informações e contactos de media: Manuel Louro | manuel.louro@jlma.pt | 91 888 11 24

Índice

I.	O que refletem os indicadores da pobreza?	3
A)	18,5% DAS CRIANÇAS E JOVENS VIVEM EM SITUAÇÃO DE POBREZA, E AUMENTOU O RISCO DE POBREZA NAS FAMÍLIAS COM DOIS ADULTOS E DUAS CRIANÇAS	3
B)	30% DAS FAMÍLIAS NÃO CONSEGUEM FAZER FACE A DESPESAS INESPERADAS, E 6% TÊM RENDAS OU CRÉDITOS EM ATRASO	4
II.	Quanto ganham os portugueses?	5
C)	MAIS DE UM TERÇO DAS FAMÍLIAS GANHAVAM, NO MÁXIMO, 833€ BRUTOS MENSAIS ..	5
D)	PORTUGAL FOI O 4º PAÍS DA UNIÃO EUROPEIA COM MAIOR PESO (40,5%) DO RENDIMENTO DISPONÍVEL ATRIBUÍDO AOS 20% DA POPULAÇÃO MAIS RICA	6
III.	Como evoluiu a inflação e o poder de compra dos portugueses?	7
A)	EM 2022, REGISTOU-SE A TAXA DE INFLAÇÃO MAIS ELEVADA DOS ÚLTIMOS 30 ANOS	7
B)	O SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL ATUAL, DE 760€, VÊ NA PRÁTICA O SEU PODER DE COMPRA BAIXAR PARA 678€	9
IV.	Que produtos registaram maior inflação?.....	9
A)	PORTUGAL FOI O 11.º PAÍS DA UE27 COM MAIOR SUBIDA DOS PREÇOS DOS PRODUTOS ALIMENTARES	9
V.	Como gastam os portugueses o seu dinheiro?	12
A)	MAIS DE METADE DAS DESPESAS DAS FAMÍLIAS VAI PARA BENS ESSENCIAIS	12
VI.	O aumento dos preços da habitação	14
B)	O PREÇO DAS CASAS AUMENTOU 90% FACE A 2015, ENQUANTO OS SALÁRIOS AUMENTARAM 20%	14
C)	1 EM CADA 3 INQUILINOS ESTAVA EM SOBRECARGA FINANCEIRA COM DESPESAS COM A HABITAÇÃO	16

Também lhe poderá interessar, sobre este tema:

Documentário “Pobreza Zero – O futuro a construir”, uma co-produção da Fundação Francisco Manuel dos Santos com a RTP (outubro 2023) – [Link](#)

I. O que refletem os indicadores da pobreza?

A) 18,5% DAS CRIANÇAS E JOVENS VIVEM EM SITUAÇÃO DE POBREZA, E AUMENTOU O RISCO DE POBREZA NAS FAMÍLIAS COM DOIS ADULTOS E DUAS CRIANÇAS

De acordo com o Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR), em 2021¹, segundo ano de pandemia, 1,7 milhões de pessoas em Portugal encontravam-se em risco de pobreza, ou seja, viviam com rendimentos inferiores a 551 euros mensais². Ainda assim, a taxa de risco de pobreza após transferências sociais³ desceu 2 pontos percentuais face ao ano anterior (de 18,4% para 16,4%). Foi entre os mais velhos (65 ou mais anos) e o grupo das crianças e jovens (menos de 18 anos) que a taxa de risco de pobreza mais diminuiu (-3,1 p.p.⁴ e -1,9 p.p.). Contudo, são estes os grupos etários que evidenciam maior vulnerabilidade, já que apresentam taxas de risco de pobreza superiores ao conjunto nacional (17%, entre as pessoas com 65 ou mais anos, e 18,5% entre as crianças e jovens).

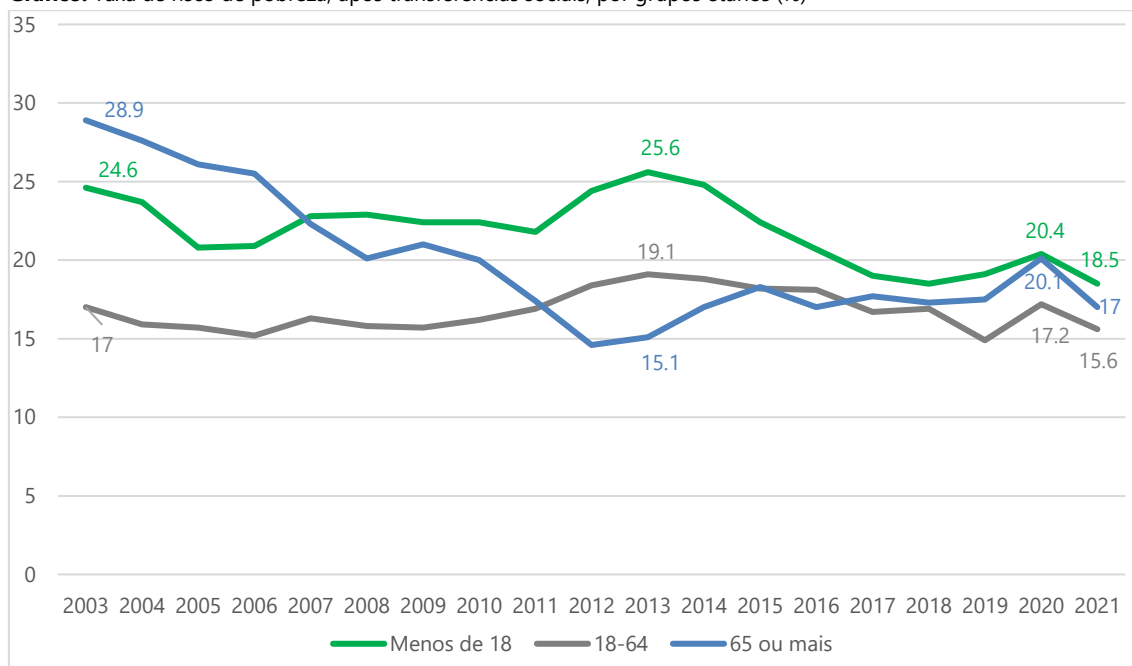
¹ Os dados do ICOR, realizado em 2022, reportam-se aos rendimentos do ano anterior. Contudo, os indicadores relativos à privação material e social referem-se ao período de recolha dos dados, neste caso, o 1.º semestre de 2022. Os dados do ICOR de 2023 serão divulgados pelo INE a 27 de novembro de 2023.

² Em Portugal, o valor abaixo do qual alguém é considerado pobre situava-se, em 2021, nos 6.608€ anuais, o que equivale a 551€ mensais. Pode consultar aqui o [Limiar do risco de pobreza](#).

³ As transferências sociais incluem, por exemplo, pensões de velhice (reforma) e de sobrevivência; subsídios de desemprego; subsídios à família; subsídios de doença e de invalidez; entre outras.

⁴ Pontos percentuais.

Gráfico: Taxa de risco de pobreza, após transferências sociais, por grupos etários (%)



Fonte: INE, Pordata.

De um modo geral, em 2021 o risco de pobreza diminuiu, independentemente dos diferentes grupos etários, condições perante o trabalho e composição das famílias. Registou-se, contudo, um aumento em 1 p.p. do risco de pobreza entre as famílias compostas por dois adultos e duas crianças (de 11,8% para 12,8%).

Fonte: INE, Pordata.

B) 30% DAS FAMÍLIAS NÃO CONSEGUEM FAZER FACE A DESPESAS INESPERADAS, E 6% TÊM RENDAS OU CRÉDITOS EM ATRASO

Alguns resultados dos indicadores sobre privação material e social do ICOR⁵, referentes ao primeiro semestre de 2022, quando se começava a sentir o efeito da subida da inflação, podem já indiciar a maior dificuldade das famílias perante o aumento dos preços.

⁵ Um conjunto de 13 indicadores que afere as necessidades económicas e sociais das famílias, o bem-estar individual, o lazer e a vida social.

A proporção de população que afirmou ser incapaz de aquecer convenientemente a casa aumentou de 16,4% para 17,5%, entre 2021 e 2022: Portugal foi o 4.º país da União Europeia, ao lado da Lituânia, com maior proporção de pessoas a expressar esta incapacidade. Também subiu ligeiramente a proporção da população sem capacidade financeira para assegurar uma refeição de carne, peixe ou equivalente vegetariano de 2 em 2 dias (de 2,4% para 3%) e de pessoas sem capacidade para pagar uma semana de férias por ano, fora de casa (de 36,7% para 37,2%). No início de 2022, 29,9% das pessoas não tinham capacidade para assegurar o pagamento de despesas inesperadas⁶ e 6,1% afirmaram ter atrasos em algum dos pagamentos relativos a rendas, prestações ou créditos.

Fonte: INE, Eurostat, Pordata.

II. Quanto ganham os portugueses?

C) MAIS DE UM TERÇO DAS FAMÍLIAS GANHAVAM, NO MÁXIMO, 833€ BRUTOS MENSAIS

Em 2021, de acordo com as declarações do IRS entregues todos os anos pelos agregados fiscais⁷, mais de um terço dos agregados (36%) viviam, no máximo, com 833€ brutos mensais. Se acrescentarmos o escalão de rendimento imediatamente a seguir, conclui-se que mais de metade das declarações (53%) correspondiam a rendimentos até aos 1.125€ brutos mensais⁸.

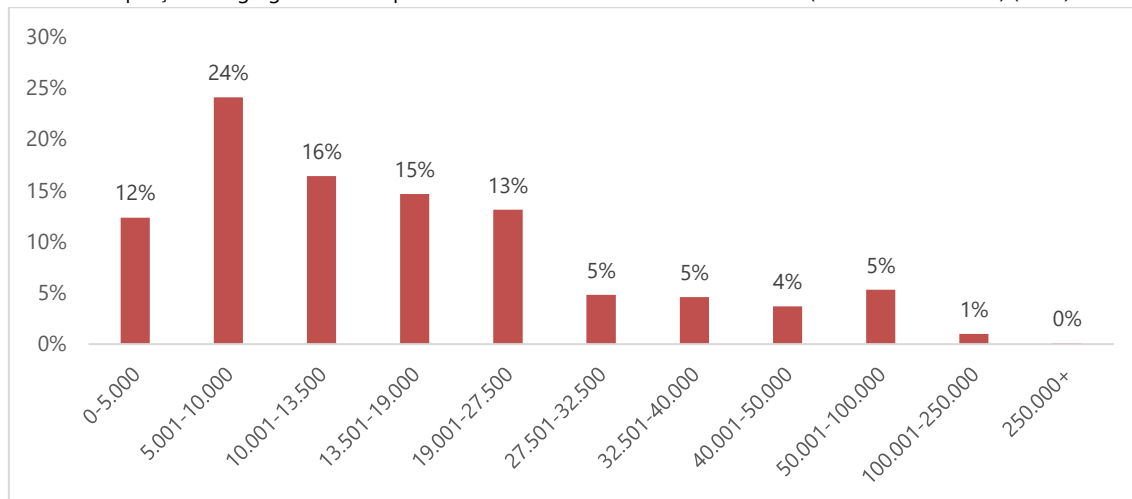
De salientar ainda que 688 mil agregados fiscais se encontravam no escalão mínimo de IRS (até 5.000€ anuais, equivalente a 417€ mensais), apesar da descida de 6,5% face ao ano anterior (-48 mil agregados fiscais).

⁶ Despesas cujo valor se aproxima do limiar de pobreza: 551€.

⁷ Num universo de 5,6 milhões de declarações de IRS entregues pelos agregados fiscais em 2021 (último ano disponível). De referir que há rendimentos, em particular os mais baixos, que estão fora do âmbito do IRS ou dispensados da entrega de declaração de IRS.

⁸ O valor mediano do rendimento bruto por agregado fiscal é 13.096€, ou seja, metade destes agregados ganha, até 1.091€ mensais.

Gráfico: Proporção de agregados fiscais por escalão de rendimento bruto declarado (rendimentos anuais) (2021)



Fonte: AT/MF, INE, Pordata.

D) PORTUGAL FOI O 4º PAÍS DA UNIÃO EUROPEIA COM MAIOR PESO (40,5%) DO RENDIMENTO DISPONÍVEL ATRIBUÍDO AOS 20% DA POPULAÇÃO MAIS RICA

Em termos de distribuição dos rendimentos⁹ declarados, os 20% dos agregados fiscais mais ricos ganharam 3,5 vezes mais que os 20% dos agregados mais pobres. Em concelhos como Lisboa, Porto, Oeiras e Cascais, a diferença é de 5 vezes mais.

Dados do ICOR¹⁰ revelam que, em 2021, Portugal foi o 4º país da UE27, a seguir à Bulgária, Lituânia e Letónia, com maior peso (40,5%) do rendimento disponível atribuído aos 20% da população mais rica. Em países como a Eslováquia, Eslovénia e a Bélgica, o valor fica abaixo dos 35%. Já aos 20% mais pobres, é atribuído 7,9% do total do rendimento disponível (vs. a média europeia de 8,2%).

Fonte: INE, Pordata.

⁹ O rácio P80/P20 é um indicador de desigualdade na distribuição do rendimento e traduz o número de vezes que o rendimento situado no percentil 80 é superior ao rendimento do percentil 20.

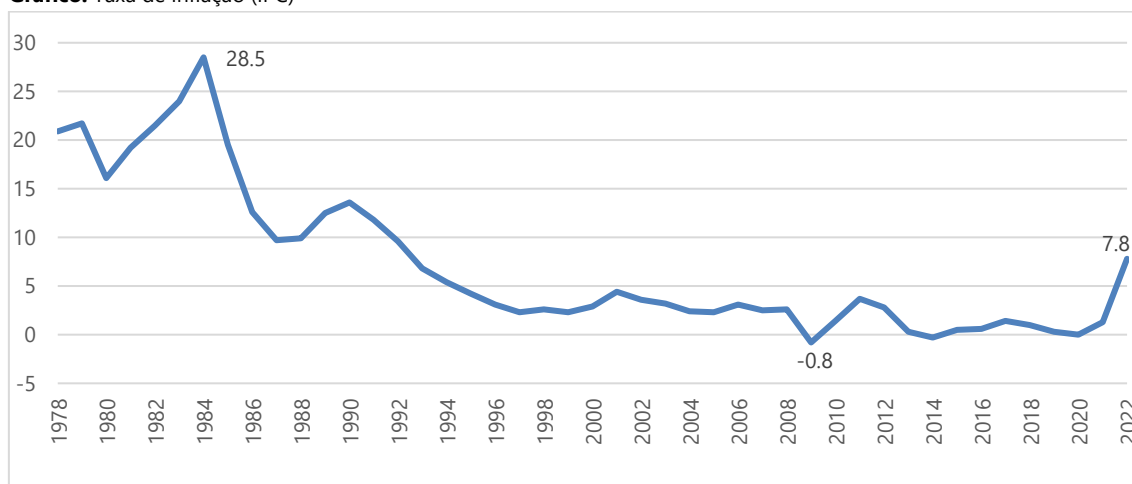
¹⁰ Com base na informação dada pelas famílias.

III. Como evoluiu a inflação e o poder de compra dos portugueses?

A) EM 2022, REGISTOU-SE A TAXA DE INFLAÇÃO MAIS ELEVADA DOS ÚLTIMOS 30 ANOS

A partir de fevereiro de 2022, com a guerra na Ucrânia, assiste-se ao aumento dos preços dos bens e serviços¹¹. É preciso recuar 30 anos para encontrar uma taxa de inflação superior à de 2022 (7,8% vs. 9,6% em 1992). Desde que há registo, o pico da inflação ocorreu em 1984 (28,5%) e, desde meados de 1995, a inflação foi sempre inferior a 4,5%. Nos anos mais recentes, temos de recuar a 2017 para encontrarmos uma subida nos preços superior a 1,3%.

Gráfico: Taxa de inflação (IPC)



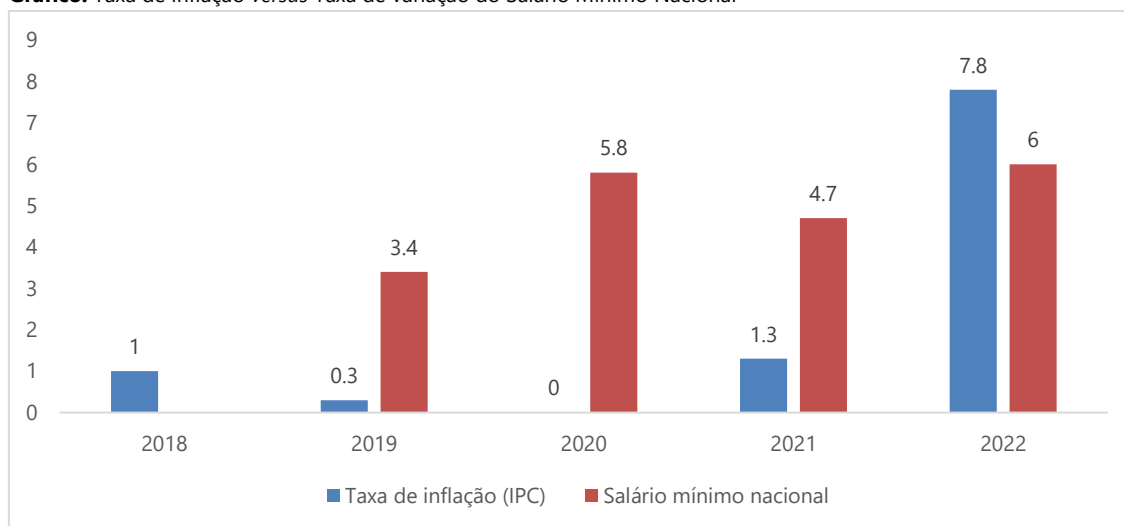
Fonte: INE, Pordata.

Para comparar a evolução, nos últimos anos, entre a taxa de inflação e a taxa de variação do salário mínimo nacional (SMN), há que salientar que, por norma, as atualizações salariais para o ano seguinte têm em conta a inflação do ano em que decorrem as negociações, embora os salários acabem por ser impactados pela evolução dos preços que vier a acontecer no ano

¹¹ A inflação é o aumento continuado dos preços de um conjunto de bens e serviços considerados representativos das despesas das famílias portuguesas. O Índice de Preços do Consumidor (IPC) é produzido pelo INE e tem como objetivo medir as alterações, no tempo, dos preços. Os preços recolhidos por todo o país incluem uma grande variedade de produtos de grande consumo como alimentação, bebidas e tabaco; vestuário e calçado; habitação, água, gás e outros combustíveis; acessórios para o lar, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação; saúde; transportes, comunicações; lazer, recreação e cultura; restauração e hotelaria. Se a inflação é o aumento dos preços, a descida dos preços da generalidade dos bens e serviços também se costuma designar por inflação negativa ou deflação.

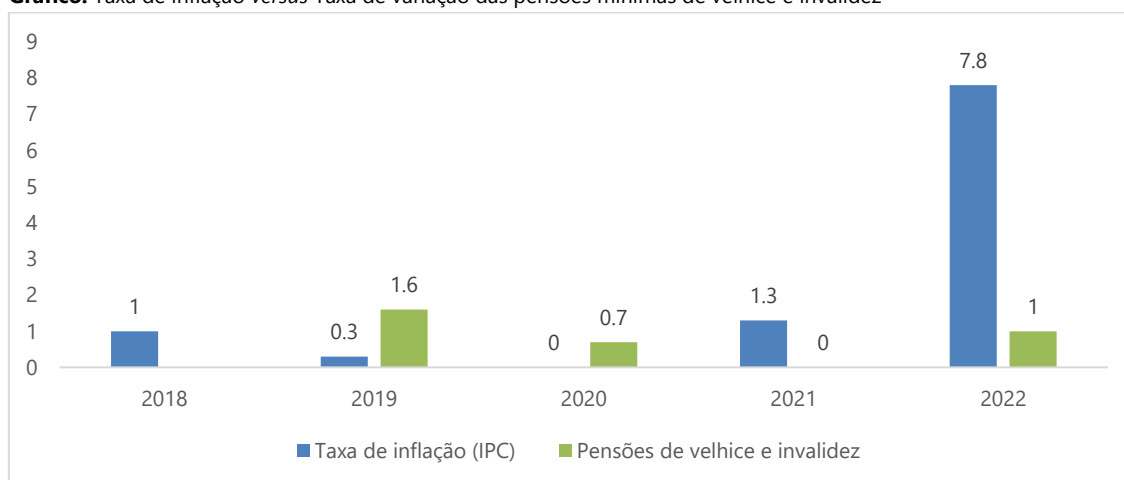
seguinte. Assim, em 2018, a taxa de inflação foi de 1%, em 2019 e 2020 de 0,3% e 0%, subindo novamente em 2021 (1,3%) e atingindo os 7,8% em 2022. Ao longo deste período, regista-se a recuperação do poder de compra do SMN, cujo agravamento da inflação em 2022 veio abrandar. Já as taxas de variação das pensões mínimas de velhice e invalidez revelam uma evolução mais tímida, sendo visível a discrepância face à inflação em 2022.

Gráfico: Taxa de inflação *versus* Taxa de variação do Salário Mínimo Nacional



Fonte: DGERT/MTSSS, Pordata.

Gráfico: Taxa de inflação *versus* Taxa de variação das pensões mínimas de velhice e invalidez



Fonte: DGERT/MTSSS, Pordata.

B) O SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL ATUAL, DE 760€, VÊ NA PRÁTICA O SEU PODER DE COMPRA BAIXAR PARA 678€

Em setembro de 2023, os produtos do cabaz de compra representativos das despesas das famílias, estiveram, em média, 12,2% mais caros do que no início de 2022¹². Atualmente, com um salário de 1.000€, conseguimos comprar apenas as mesmas coisas que, no início de 2022, comprávamos com 892€, havendo, assim, uma perda de poder de compra de 108€. O salário mínimo, fixado em 760€, vê reduzir o seu poder de compra para 678€ e as pensões mínimas para 260€.

Tabela: Poder de compra após a inflação (setembro de 2023, face ao início de 2022)

€	No salário mínimo nacional (2023)	Nas pensões mínimas de velhice e invalidez (2023)	Salário
Valor a preços correntes	760,00	291,48	1.000,00
Valor que perde em poder de compra	82,4	31,6	108,42
Valor após inflação	677,6	259,88	891,58

Fonte: INE, DGSS/MTSSS | DGERT/MTSSS, Pordata.

IV. Que produtos registaram maior inflação?

A) PORTUGAL FOI O 11.º PAÍS DA UE27 COM MAIOR SUBIDA DOS PREÇOS DOS PRODUTOS ALIMENTARES

Em 2022, a categoria de bens com maior aumento dos preços foi a dos produtos alimentares e bebidas não alcoólicas (com uma taxa de inflação de 13%). Dentro desta categoria, destacam-se as subidas dos preços dos óleos e gorduras (32,5%) e da carne (15,5%).

¹² Ou seja, atualmente precisamos de 1.122€ para comprar o mesmo que comprávamos em janeiro de 2022 com 1.000€.

Também a categoria da habitação, água, eletricidade e gás¹³ registou uma subida de preços na ordem dos 12,8%, estando aqui em causa o aumento, em particular, dos combustíveis líquidos (para aquecimento)¹⁴ (42,3%), do gás (39,2%) e da eletricidade (22,2%).

Em terceiro lugar, com uma taxa de inflação de 11,7%, estão os restaurantes e hotéis, sendo de sublinhar a subida em 30,5% dos serviços de alojamento¹⁵.

Os transportes são a quarta categoria com maior taxa de inflação (10%), onde sobressai o aumento dos transportes aéreos de passageiros (29%) e dos combustíveis e lubrificantes para equipamento para transporte pessoal (20,7%)¹⁶.

Por fim, os acessórios para a casa e os equipamentos domésticos tiveram igualmente uma subida de preços superior à referência nacional, sendo de destacar o aumento no mobiliário e acessórios para a casa (15,5%).

¹³ As despesas com créditos à habitação não estão contempladas no IPC, uma vez que não se trata de uma despesa de consumo final. A prestação do crédito à habitação não faz parte da Despesa Monetária de Consumo Final das Famílias, como definido no Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC 2010), por se tratar de despesas associadas à aquisição de habitação. De acordo com o SEC, a aquisição de habitação por parte das famílias é uma despesa de Investimento e não de consumo. Assim, a generalidade das despesas que as famílias detentoras de habitação realizam, sejam despesas associadas ao crédito à habitação, sejam despesas de reparação, conservação e afins, são consideradas Consumo Intermédio (um conceito e agregado económico da Contabilidade Nacional) e não Despesa Monetária de Consumo Final das Famílias (INE).

¹⁴ Abrange produtos como o gasóleo de aquecimento e outros óleos usados para fins de aquecimento ou iluminação da habitação (INE).

¹⁵ Nesta categoria são considerados os preços de estadias em todo o tipo de hotéis e estabelecimentos de alojamento, por exemplo: pousadas, centros de férias, residências universitárias, parques de campismo, etc. (INE).

¹⁶ Estão aqui classificados os produtos como a gasolina, o gasóleo e o GPL (INE).

Gráfico: Taxa de inflação por tipo de bens e serviços (2022)



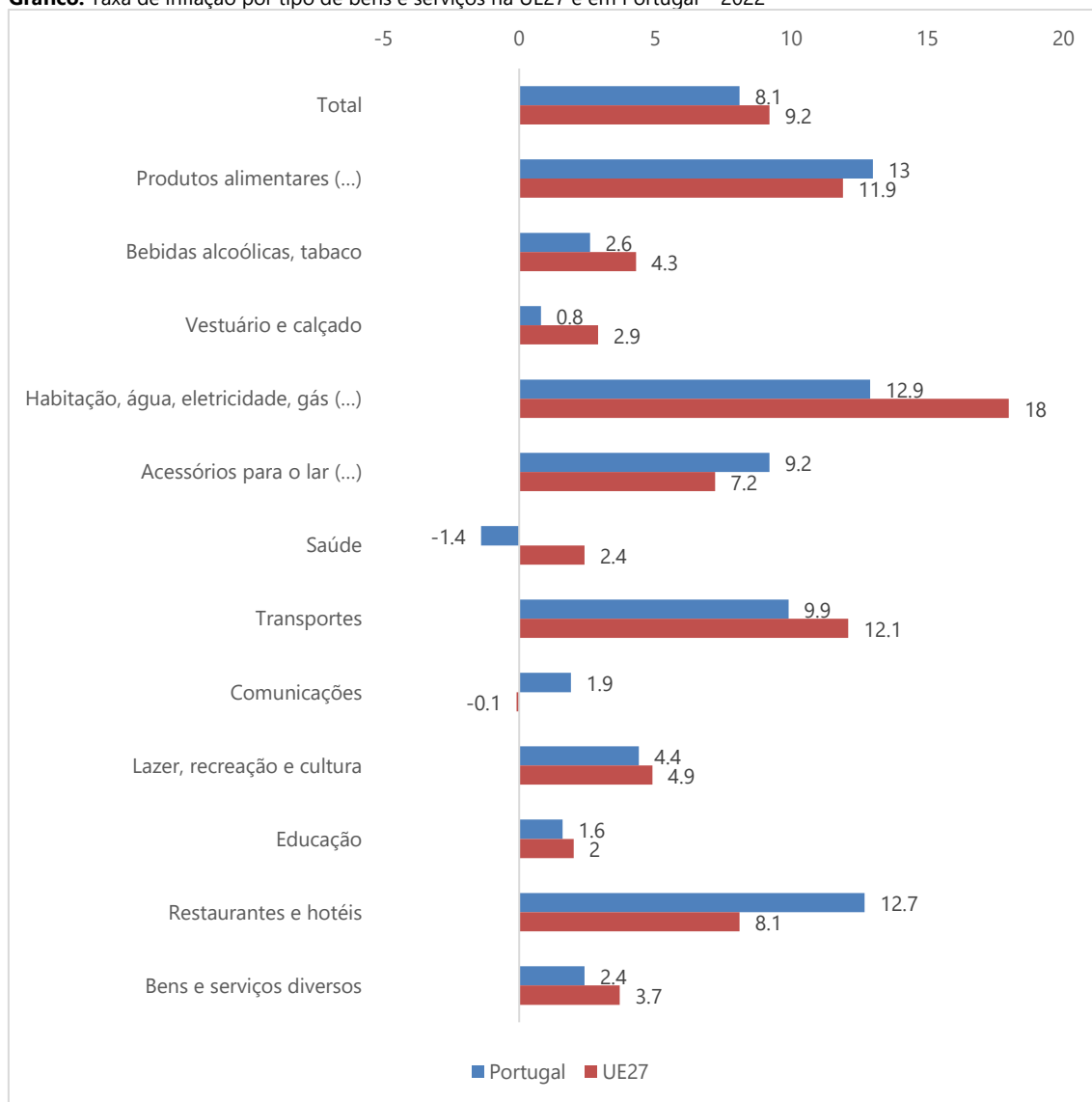
Fonte: INE, PORDATA.

Em 2022, a taxa de inflação em Portugal foi inferior à média da União Europeia¹⁷. Ainda assim, Portugal superou a taxa de inflação europeia em algumas categorias de bens e serviços: produtos alimentares e bebidas não alcoólicas, restaurantes e hotéis, acessórios para a casa e comunicações.

Comparativamente aos países da UE27, Portugal foi o 8º. país com maior aumento dos preços nas comunicações, o 10º. no que toca aos restaurantes e hotéis e o 11º. nos produtos alimentares. Os países do Báltico foram os mais atingidos pelo aumento da inflação, com uma taxa superior a 17%. Apenas Malta e França tiveram uma inflação abaixo dos 7%.

¹⁷ O Índice Harmonizado de preços no consumidor (IHPC), usado pelo Eurostat, é calculado para fins comparativos nos agregados europeus. A diferença entre IHPC e IPC resulta sobretudo da inclusão na estrutura do IHPC da despesa realizada pelos não residentes ("turistas"), parcela excluída do âmbito do IPC, podendo os dois indicadores apresentar, por este motivo, resultados não coincidentes (INE).

Gráfico: Taxa de inflação por tipo de bens e serviços na UE27 e em Portugal – 2022



Fonte: Eurostat, PORDATA.

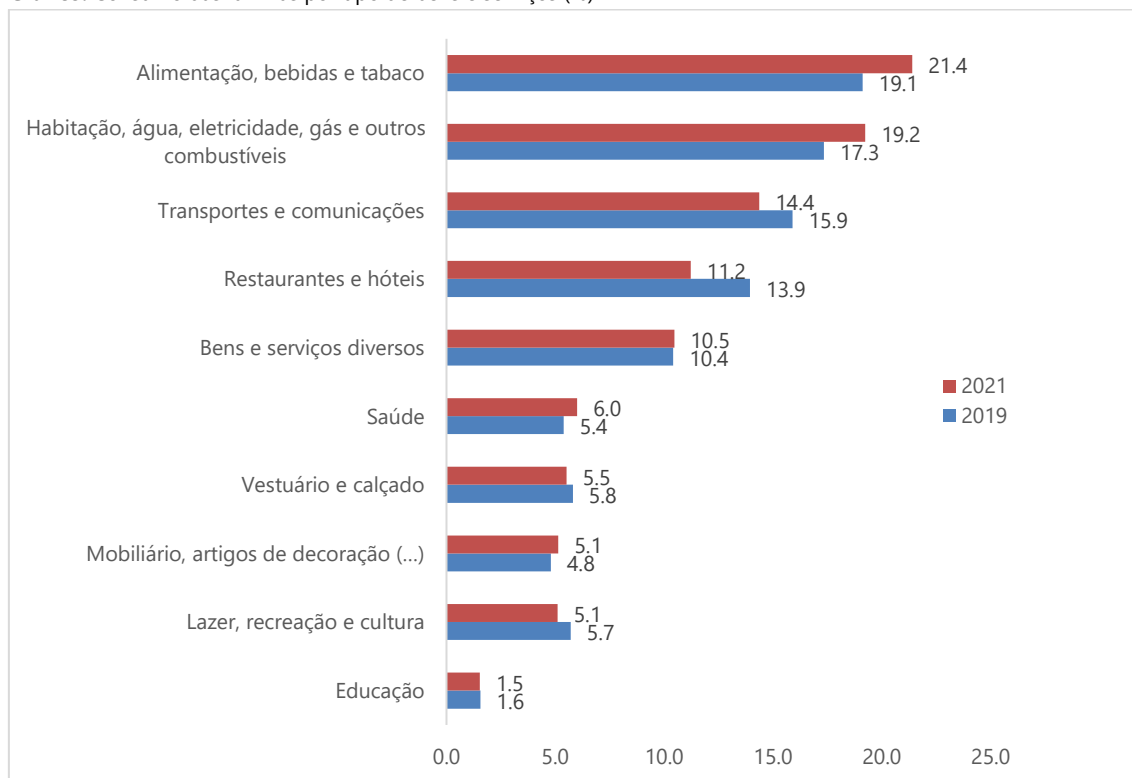
V. Como gastam os portugueses o seu dinheiro?

A) MAIS DE METADE DAS DESPESAS DAS FAMÍLIAS VAI PARA BENS ESSENCIAIS

Em 2021, mais de metade dos gastos das famílias foi em bens essenciais como a alimentação (21%), habitação (19%) e transportes (14%). Apesar de 2021 ser ainda um ano afetado pela pandemia, a realidade é que, ao longo do tempo, o tipo de consumo das famílias mantém-se

relativamente estável: cerca de 1/5 dos gastos são relacionados com a alimentação. A habitação atingiu, nos anos de pandemia, o maior peso de sempre, representando cerca de 1/5 dos gastos. Os transportes e as comunicações, apesar da redução devido aos períodos de confinamento, ocuparam o 3.º lugar nos bens que mais pesam no orçamento das famílias. Ainda a ressaltar os gastos em restaurantes e hotéis que também viram baixar o seu peso para 11%, depois de dois anos em que representaram 14% das despesas. De destacar ainda o recorde atingido com o peso das despesas em saúde, em 2021.

Gráfico: Consumo das famílias por tipo de bens e serviços (%)



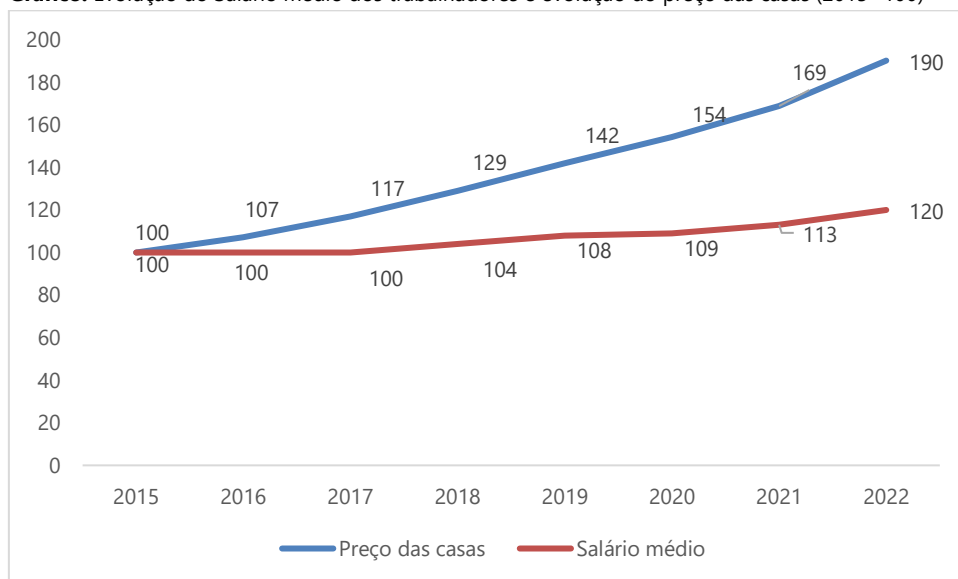
Fonte: INE, Eurostat, Pordata.

VI. O aumento dos preços da habitação

B) O PREÇO DAS CASAS AUMENTOU 90% FACE A 2015, ENQUANTO OS SALÁRIOS AUMENTARAM 20%

Um dos temas mais discutidos na atualidade prende-se com a subida dos preços das casas. Em 2022, Portugal viu aumentar o preço de compra das casas¹⁸, comparativamente a 2015, em 90%, valor acima do registado a nível da União Europeia, de 48%. Desde 2019 que Portugal está entre os quatro países da UE com maior aumento dos preços das casas, acompanhado pela Hungria, Chéquia, Lituânia e Luxemburgo. Confrontando o aumento das casas com a variação dos salários médios, verificamos que, face a 2015, os salários em Portugal aumentaram 20%, muito aquém do aumento de 90% das casas.

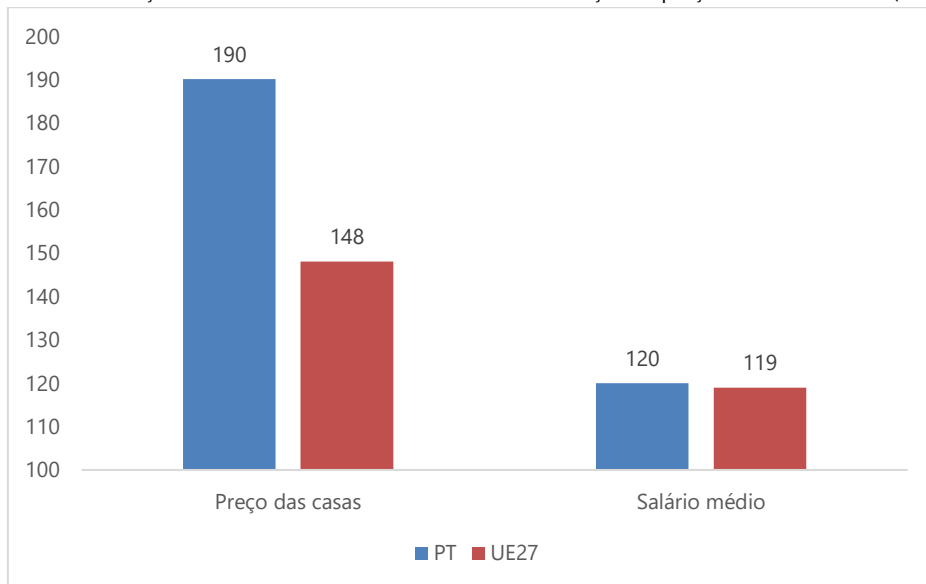
Gráfico: Evolução do Salário médio dos trabalhadores e evolução do preço das casas (2015=100)



Fonte: Eurostat, Pordata.

¹⁸ O Índice de Preços da Habitação (IPH) mede a inflação no mercado imobiliário residencial. O IPH capta as variações de preços de todos os tipos de habitações adquiridas pelas famílias (apartamentos e moradias). A componente de terreno da habitação está incluída (metainformação- Eurostat).

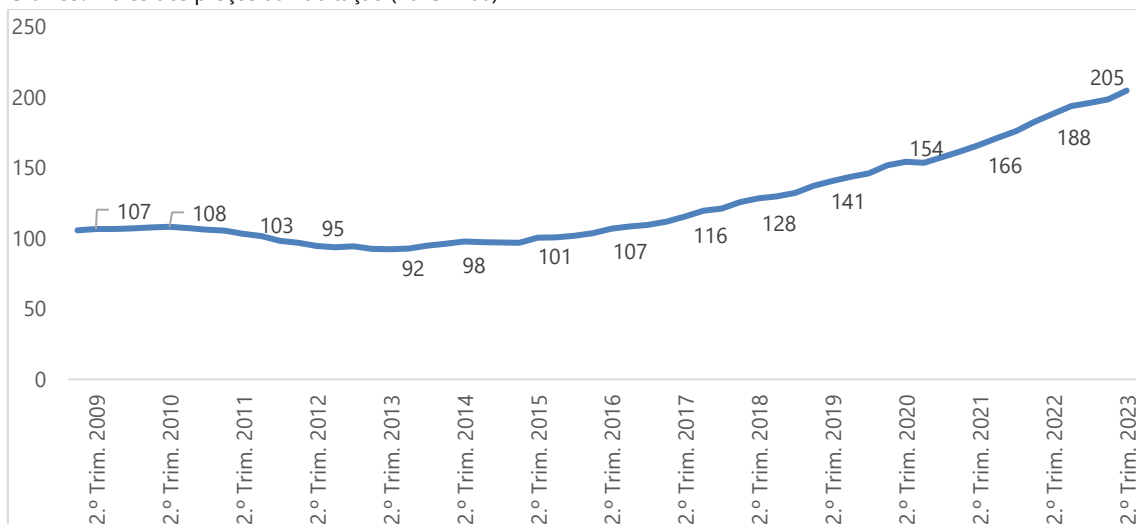
Gráfico: Evolução do Salário médio dos trabalhadores e evolução do preço das casas PT e EU (2015=100)



Fonte: Eurostat, Pordata.

Os dados do INE, do índice dos preços de compra de casa revelam que no 1º trimestre de 2023, os preços já tinham aumentado 99% e no segundo trimestre aumentaram 105%, ou seja, mais do dobro dos preços registados em 2015.

Gráfico: Índice dos preços da habitação (2015=100)



Fonte: INE, Pordata.

C) 1 EM CADA 3 INQUILINOS ESTAVA EM SOBRECARGA FINANCEIRA COM DESPESAS COM A HABITAÇÃO

Já no que concerne aos preços das rendas, o aumento face a 2015 foi de 15,8%, quando na UE27 esse valor se fixou nos 10%. Portugal foi o 12.º país a registar maior subida.

Em 2022, quase um terço dos inquilinos (29,4%) estava em situação de sobrecarga financeira com as despesas com a habitação, ou seja, pelo menos 40% do seu rendimento destinava-se a suportar os custos da renda da casa¹⁹. Só entre 2012 e 2016 é que a sobrecarga afetou mais de 30% do total de inquilinos, chegando mesmo aos 36% em 2012. Na UE27, a sobrecarga financeira com a habitação atinge um quinto dos inquilinos (21%) e, desde que há registos, nunca ultrapassou os 27,1%.

Fonte: Eurostat, Pordata.

¹⁹ E contas de água, luz, entre outras.